

Estudo Técnico Preliminar 35/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08220.003270/2024-75

2. Descrição da necessidade

2.1. Contratação de serviço de Publicidade Legal em jornais de circulação regional/nacional, junto à EBC (Empresa Brasil de Comunicação) para atender as necessidades da Superintendência da Polícia Federal no Acre, que deve ser obrigatoriamente feita por intermédio da EBC - Empresa Brasil de Comunicação.

2.2. A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) distribui aos veículos de comunicação a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal. Este serviço é realizado com base na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que confere à EBC a competência da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, exceto a veiculada pelos órgãos oficiais da União e o Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008.

2.3. Compete à CPL/SELOG/SR/PF/AC, no âmbito dessa unidade gestora:

- I - executar as rotinas pertinentes aos procedimentos de licitações, necessárias à aquisição de materiais e à contratação de serviços no âmbito da SR/PF/AC;
- II - elaborar os editais e instrumentos necessários aos procedimentos licitatórios;
- III - formalizar os atos de dispensa que exijam termo de contrato, bem como os de inexigibilidade de licitação;
- IV - apoiar as atividades do Pregoeiro, da Comissão Permanente de Licitação e das Comissões Especiais de Licitação, quando instituídas; e,
- V - praticar os demais atos necessários à consecução das atividades de sua área de atuação.

2.4. A consecução das atribuições supramencionadas exige, para certos atos, publicação em jornais de grande circulação local, regional ou nacional. A mencionada difusão é realizada por meio do Publicidade Legal da EBC.

2.5. Nesse sentido, a necessidade de contratação do serviço de publicidade legal em jornal de grande circulação se justifica, tendo vista o constante na Lei nº 14.133/21, a Administração é obrigada a divulgar seus Editais de Licitação em vários meios, dentre eles os jornais, conforme:

Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, é obrigatória a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, bem como em jornal diário de grande circulação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/AC	GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Pretende-se que a referida contratação seja efetivada por inexigibilidade de licitação, em virtude da inviabilidade de competição, com base no art. 74 da Lei n.º 14.133 de 01/04/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

4.2. A inviabilidade de competição decorre do inciso VII do art. 8º da Lei nº 11.652, de 07.04.2008, que regulamenta que cabe à Empresa Brasil de Comunicação - EBC distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União, combinado com o § 3º do art. 9º do Decreto nº 6.555 de 08.09.08 que estabelece que a publicidade legal não enquadrada no caput será distribuída pela Empresa Brasil de Comunicação - EBC.

4.3. A contratação será observado o princípio da padronização.

4.4. Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal da entidade.

4.5. Será celebrado contrato para a prestação do serviço continuado de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da SR/PF/AC, por intermédio da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, com vigência de 5 (cinco) anos, a contar de sua assinatura, nos termos os termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, podendo o contrato ser prorrogado, respeitando a vigência máxima decenal, consoante o art. 107 da referida lei.

4.6. O material deverá ser encaminhado à EBC obedecendo as normas de composição e diagramação estabelecidas no padrão do manual da EBC.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Haja vista a determinação da Lei Nº 11.652/2008, art. 8º, VII, c/c o art. 9º, § 3º, do Decreto Nº 6.555/2008, que estabelecem a obrigatoriedade de divulgação da publicidade legal dos órgãos e entidades da Administração Federal, em veículos da imprensa comercial (jornais de grande circulação de determinada região), por intermédio da EBC, não existem alternativas possíveis no mercado.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC, criada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de Outubro de 2007, com autorização de constituição prevista na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

6.2. A distribuição da publicidade legal a ser veiculada será feita pela EBC, e a esta deverá ser redigida e encaminhada, com as respectivas solicitações de veiculação.

6.3. Competirá a contratante obedecer, quando do encaminhamento, à contratada do material a ser veiculado, aos seguintes procedimentos e prazos:

6.3.1. O material deverá ser encaminhado à EBC por intermédio do Sistema Portal da Publicidade Legal da EBC: <http://publicidadelegal.ebc.com.br>;

6.3.2. O material para veiculação, cujo teor é de responsabilidade do contratante, será remetido em texto definitivo, em cuja feitura serão obedecidas as normas de composição e diagramação estabelecidas no Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal. O respectivo Manual foi recepcionado pela Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 16 de dezembro de 2009, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, e poderá ser consultado no endereço eletrônico : www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/publicacoes/manuais-e-marcas/publicidade-legal. Excepcionalmente, considerando casos eventuais solicitados, a critério da Gerência de Publicidade Legal, poderá ser modificado o padrão do referido Manual pela EBC;

6.3.3. A solicitação de veiculação emitida pela CONTRATANTE deverá conter a identificação da autoridade que a subscreve;

6.3.4. O material para veiculação deverá ser remetido via portal, obrigatoriamente até as 12hs (doze horas) – horário local de Brasília/DF – do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para a publicação da matéria, exceto quando das seguintes hipóteses:

6.3.5. no caso de publicação de balanço, o material para veiculação deverá ser remetido antecedência mínima de 07 (sete) dias úteis à data estabelecida para a publicação da matéria;

6.3.6. no caso de veiculação em mídia eletrônica, o material deverá ser remetido obedecendo a seguinte antecedência, conforme horário local de Brasília/DF: 1) Para rádio: até as 13:00 (treze horas) do dia útil imediatamente anterior à data estabelecida para veiculação; 2) Para TV: com antecedência de 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação; 3) Para internet: com antecedência de 02 (dois) dias úteis imediatamente anteriores à data estabelecida para veiculação.

6.4. Cabe à contratante definir o veículo de comunicação onde se dará a publicação;

6.5. Deverá ser disponibilizada pela contratada, no Portal da Publicidade Legal, planilha de custos e arte final referentes ao material previamente encaminhado. Mediante acesso ao Portal da Publicidade Legal, o CONTRATANTE fará a conferência da planilha de custos e da arte final, autorizando que seja realizada a publicação da matéria no veículo indicado, exceto quando das seguintes hipóteses

6.5.1. O contratante poderá autorizar previamente as matérias a serem encaminhadas, por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal;

6.5.2. previamente autorizadas, apenas por manifestação expressa do(a) CONTRATANTE será possível a alteração ou cancelamento das publicações;

6.5.3. Poderá desistir da opção efetuada por intermédio da Autorização Prévia de Publicação de Matéria Legal a qualquer tempo, respeitados, em qualquer caso, os atos já praticados;

6.5.4. A marca do Governo deverá constar do material a ser veiculado, respeitando-se o respectivo Manual de Uso da Marca do Governo Federal e de Padronização Visual da Publicidade Legal.

6.5.5. O Acesso ao Portal da Publicidade Legal será mediante uso de senha de usuário, previamente cadastrado pela EBC, a qual pode ser contatada.

6.5.6. A Contratada deverá manter em pleno funcionamento o Sistema Portal da Publicidade Legal da EBC e, em caso de problemas técnicos, prestar auxílio pelo telefone (61) 3799-5597/5598 ou pelo endereço eletrônico sepub@ebc.com.br, a fim de que as publicações ocorram no prazo legal.

6.6. A empresa contratada, para fins de habilitação e contratação, deve apresentar documentação relativa à habilitação jurídica e prova de regularidade fiscal e trabalhista, consoante a Lei 14.133/2021, e, possuir, no mínimo:

- Disponibilidade de área destinada à publicidade legal, com profissionais de atendimento, mídia e apoio e administrativo;
- Agilidade no atendimento e na distribuição dos anúncios;
- Meios para emissão de nota fiscal/fatura, conforme a demanda e com detalhamento do período correspondente, bem como discriminação de preço unitário e total;
- Disponibilidade de sistema informatizado para pedidos de orçamento em veículos da imprensa comercial (jornal de grande circulação);
- Disponibilidade de sistema informatizado para pedidos de inserção em veículos da imprensa comercial (jornal de grande circulação);
- Possibilidade de consulta de confirmação de publicação, com a reprodução da(s) página(s) para comprovação da veiculação;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa de publicações demandadas toma por base o quantitativo do serviço de distribuição de publicidade legal na última contratação, processo nº 08220.002068/2020-01, e no fluxo das contratações e aquisições realizados pela Comissão Permanente de Licitações - CPL/SR/PF/AC, conforme quadro demonstrativo abaixo:

PUBLICAÇÕES	VALORES
Edital de credenciamento nº 01/2023	R\$ 367,36
Aviso de licitação - Pregão Eletrônico SRP nº 03/2023	R\$ 367,36
Aviso de licitação - Pregão Eletrônico SRP nº 04/2023	R\$ 321,44
Concorrência nº 01/2023	R\$ 321,44
Edital de credenciamento nº 01/2024	R\$ 367,36
Autorização de exploração	R\$ 321,44
VALOR TOTAL	R\$ 2.066,40

7.2. Levando em consideração os dados obtidos, optou-se por reavaliar o valor da contratação em 40% (para menos) do valor contratado anteriormente, diminuição que ocorreu em virtude, sobretudo, do aumento dos limites legais para aquisições e contratações de serviços e fornecimentos o que reenquadrou muitas dos processos desta SR/PF/AC.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.320,00

8.1. A valor a ser contratado será de R\$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais) para o período de 12 (doze) meses.

8.2. Esse valor foi obtido tendo por base a última contratação 08220.002068/2020-01 e no fluxo médio de publicações, conforme demonstrado no item anterior.

8.3. Dessa forma, obteve-se o valor estimado de R\$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais), considerando os dados obtidos, optou-se por reavaliar o valor da contratação em 40% (para menos) do valor contratado anteriormente, diminuição que ocorreu em virtude, sobretudo, do aumento dos limites legais para aquisições e contratações de serviços e fornecimentos o que reenquadrou muitas dos processos desta SR/PF/AC.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O objeto não é divisível pois contém apenas 1 item. Além disso, o ideal é que a contratação seja executada em sua integralidade por uma única empresa, com vistas a facilitar a gestão e fiscalização do contrato.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação ora pretendida está em consonância com o Plano de Contratações Anual de 2025 da Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre; Alinha-se, ainda, ao princípio constitucional da legalidade, na medida em que a contratação pretendida decorre de imposição legal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Pretende-se com a contratação:

- a) Atendimento célere e maior agilidade na distribuição/publicação dos anúncios que a SR/PF/AC necessite fazer, haja vista o knowhow da EBC;
- b) Dar publicidade a extratos de editais e demais publicações, que a SR/PF/AC, enquanto órgão da administração pública federal, esteja obrigada a divulgar por força de lei ou regulamento.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Considerando que esta Unidade Demandante já é conhecedora das regras e procedimentos necessários à execução contratual, uma vez que já firmou contrato com a EBC para o mesmo objeto, informo que não será necessária a adoção de nenhum procedimento prévio à contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando a natureza digital da prestação dos serviços, destaca-se o fomento às práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental em virtude da desnecessidade de material impresso. Ressalta-se que a comprovação das publicações bem como as informações relativas ao processo de pagamento das Notas Fiscais podem ser encaminhadas por meio eletrônico, descartando a necessidade de custos adicionais com envio de documentos impressos, mitigando impactos ambientais que mesmo mínimos acontecem.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A Contratação do serviço de distribuição de publicidade legal em jornal de grande circulação com a EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. – EBC, criada pelo Decreto nº 6.246, de 24 de Outubro de 2007, com autorização de constituição prevista na Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. 6.2 é considerada viável de acordo com o regulamento legal demonstrado no processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GLAUCO FERREIRA DE SOUZA RIBEIRO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 24/07/2025 às 17:29:02.

Despacho: Ordenador de Despesa

FELIPE PERES FACHINELI

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/07/2025 às 17:28:15.